



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ACTA NÚMERO 24/XII/ 1.ª SL

Aos treze dias do mês de Dezembro de 2011, pelas quinze horas, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA

15:00 Horas:

Audição do Senhor Presidente do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., Manuel Coelho da Silva, para prestar esclarecimentos sobre o Plano de Sustentabilidade Económica e Financeira da RTP, S.A., na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

16:15 Horas:

Audição da Comissão de Trabalhadores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., representada por Rui Madruga, Camilo Azevedo e José Lopes, para prestar esclarecimentos sobre o Plano de Sustentabilidade Económica e Financeira da RTP, S.A., na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

17:30 Horas:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:
 - *Pedido de parecer sobre regime de incompatibilidades e impedimentos, solicitado pelo Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP);*
 - *Apreciação e votação do parecer sobre regime de incompatibilidades e impedimentos, solicitado pela Senhora Deputada Nilza Marília Mouzinho de Sena (PSD);*

- Relatora: Deputada Francisca Almeida (PSD);

2. Apreciação e votação do Relatório e Parecer sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a aplicação da Recomendação do Conselho de 24 de Setembro de 1998 relativa à protecção dos menores e da dignidade humana e da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de Dezembro 2006 relativa à protecção dos menores e da dignidade humana e ao direito de resposta em relação à competitividade da indústria europeia de serviços audiovisuais e de informação em linha -PROTEGER AS CRIANÇAS NO MUNDO DIGITAL - [COM(2011)556]

- Deputado relator: Adolfo Mesquita Nunes (CDS/PP);

3. Informação acerca da Conferência sobre o Serviço Público de Comunicação Social;
4. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas que baixaram à 1.^a e à 12.^a Comissões, sendo competente a 1.^a:
 - a) Projecto de Lei n.º 111/XII (PS) – “Reforça a transparência do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais”;
 - b) Projecto de Lei n.º 113/XII (PS) – “Quadro de referência para a elaboração dos códigos de conduta e de ética para a prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas”;
 - c) Projecto de Lei n.º 114/XII (PS) – “Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”;
 - d) Projecto de Lei n.º 115/XII (PS) – “Lei da Transparência Activa da Informação Pública”;
5. Apreciação e votação de actas;
6. Outros assuntos.



Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação agradeceu a presença do Senhor Presidente do Conselho de Opinião da RTP. SA, Manuel Coelho da Silva, assim como dos demais representantes daquela entidade que o acompanhavam.

Em seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Catarina Martins (BE), do Grupo Parlamentar autor do requerimento que deu origem à presente audição, tendo o Senhor Presidente do Conselho de Opinião da RTP respondido às questões que lhe foram colocadas a respeito da transformação da RTP segundo o modelo de serviço público de rádio e de televisão defendido pelo Governo, e do processo de implementação da televisão digital terrestre (TDT).

Na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Rodrigues (PSD), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Catarina Martins (BE). As questões abordadas incidiram essencialmente sobre os seguintes assuntos: parecer do Conselho de Opinião relativamente à reforma da RTP e qual o modelo desejável para aquela empresa, os custos e despesas da RTP, a alienação de um dos canais generalistas da RTP, a autonomização dos serviços técnicos da RTP através da sua prestação por uma outra empresa, a possibilidade de aproveitamento da implementação da TDT para aumentar os canais de acesso livre, a escolha de programas e conteúdos do serviço público de televisão, as alterações previstas para os canais e antenas regionais, o papel do Conselho de Opinião no processo de revisão do modelo da RTP e nas opções tomadas no plano de sustentabilidade económica e financeira da empresa.

O Senhor Presidente do Conselho de Opinião da RTP respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respectivas intervenções.

Na segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Rodrigues (PSD), Jacinto Serrão (PS), Vera Rodrigues (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Catarina Martins (BE).



No final desta ronda, o Senhor Presidente do Conselho de Opinião da RTP respondeu em bloco ao conjunto de questões colocadas pelos Senhores Deputados, tendo esta audição terminado pelas dezassete horas e cinco minutos.

Em seguida, pelas dezassete horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação deu início à audição com a Comissão de Trabalhadores da RTP, SA, começando por agradecer a presença dos seus representantes, Rui Madruga, Camilo Azevedo e José Lopes.

Em primeiro lugar, usou da palavra a Senhora Deputada Catarina Martins (BE), do Grupo Parlamentar autor do requerimento que deu origem à presente audição, tendo a Comissão de Trabalhadores da RTP, SA, respondido às questões que lhe foram colocadas a respeito da reestruturação da RTP e de qual o modelo desejável para aquela empresa, assim como sobre o cumprimento do contrato de concessão de serviço público por aquela empresa.

No início da sua intervenção a Comissão de Trabalhadores da RTP, SA, entregou cópia de um ofício dirigido pelo Ministério da Economia e do Emprego à CGTP-IN relativo ao pedido de declaração de empresa em reestruturação apresentado pela RTP, o qual foi distribuído por todos os Senhores Deputados, tendo sido deliberado solicitar ao Governo informação sobre assunto, assim como o envio de toda a documentação que havia sustentado aquele pedido de declaração de empresa em reestruturação.

Na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Rodrigues (PSD), Miguel Laranjeiro (PS), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Catarina Martins (BE). As questões abordadas incidiram essencialmente sobre os seguintes assuntos: os custos e despesas da RTP, designadamente com pessoal, modos para melhorar a eficácia e qualidade da RTP e garantir a sua sustentabilidade, a alienação de um dos canais generalistas da RTP, a autonomização dos serviços técnicos da RTP através da sua prestação por uma outra empresa mista, o processo de implementação da TDT, os altos salários pagos a alguns apresentadores e a falta de meios e recursos para emissão.



A Comissão de Trabalhadores da RTP, SA, respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respectivas intervenções.

Na segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Rodrigues (PSD), Inês de Medeiros (PS), Vera Rodrigues (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Catarina Martins (BE).

No final desta ronda a Comissão de Trabalhadores da RTP, SA, respondeu em bloco ao conjunto de questões colocadas pelos Senhores Deputados, tendo esta audição terminado pelas dezoito horas e cinquenta minutos.

Estas audições foram gravadas, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Pelas dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, foi dado início à reunião da Comissão, tendo sido adiados para o final da reunião o primeiro e segundo pontos da Ordem do Dia.

Passando ao terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente prestou informações sobre a preparação da Conferência, designadamente quanto ao Programa definitivo e esclareceu que, na impossibilidade de o Prof. Enrique Bustamante estar presente, convidara, em substituição daquele, o Prof. Paquete de Oliveira para ser orador. Acrescentou ainda que sobre esta substituição consultara os coordenadores de todos os Grupos Parlamentares com assento na Comissão, referiu que o PS, o BE e o PCP haviam proposto António Pedro Vasconcelos, e que o PSD e o CDS-PP haviam proposto Paquete de Oliveira, tendo observado que, na falta de consenso e em face da urgência da decisão, vingara a proposta da maioria, e aquele orador já estava confirmado a sua aceitação.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) lamentou a forma como havia sido conduzido este processo, o qual deveria ter merecido uma maior reflexão e maior consenso na escolha dos oradores, bem como o facto de se ter excluído a dimensão europeia internacional de um debate sobre serviço público de comunicação social. Acrescentou ainda que o Grupo Parlamentar do PS lamentava que não os temas da ficção e da criação não fossem abordados na Conferência.



A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) observou que a escolha dos oradores da Conferência havia sido feita segundo a maioria parlamentar, e criticou o facto de, no painel relativo à dimensão internacional do serviço público de comunicação social e à promoção da língua e cultura portuguesas, não ter sido convidada uma personalidade internacional, nem do sector cultural.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) lamentou que a escolha dos oradores tivesse sido feita por maioria e não por consenso dos Grupos Parlamentares, como sempre fora a regra na organização de conferências parlamentares.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) observou que, após verificada a impossibilidade de o Prof. Enrique Bustamante estar presente na Conferência, nenhum Grupo Parlamentar havia sugerido qualquer personalidade estrangeira para intervir como orador e salientou que a escolha do Prof. Paquete de Oliveira resultara da urgência da decisão. Em seguida, observou que outras temáticas e outras personalidades poderiam ser ouvidas em Comissão, em futuras audições e nos colóquios previstos.

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) lavrou o seu protesto pelo registo agressivo e acintoso como os trabalhos da 12.^a Comissão estavam a decorrer, quando se tratavam assuntos relacionados com o serviço público de televisão, e disse que não tinha havido qualquer imposição da maioria parlamentar relativamente aos oradores da Conferência, e que todos haviam sido escolhidos por consenso, com excepção deste último, que resultara da necessidade urgente de uma decisão.

O Senhor Presidente lembrou que havia ficado claro que seria impossível abordar todas as dimensões do serviço público de comunicação social na Conferência Parlamentar sobre o assunto, mas que, para além desta sede, tinha sido deliberado pela Comissão realizar um conjunto de colóquios, com dois ou três oradores, e várias audições sobre aquele tema, o que permitiria conhecer e debater outras perspectivas do mesmo.



Em seguida, passou-se ao segundo ponto da Ordem do Dia, tendo o Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) apresentado o relatório e parecer sobre a iniciativa COM(2011)556.

Após terem usado da palavra a Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) e o Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) para felicitar o trabalho do relator, o relatório e respectivo parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

No que se refere ao quarto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou que o Grupo Parlamentar do PS havia apresentado um conjunto de iniciativas legislativas relativas à transparência dos partidos e titulares de cargos políticos, as quais haviam acabado de baixar à 1.^a e à 12.^a Comissões, e já se encontravam agendadas para discussão e votação na generalidade para a sessão plenária do dia seguinte, razão pela qual seria muito difícil a Comissão pronunciar-se de forma séria e reflectida sobre aqueles 5 projectos de lei. Comunicou, ainda, que levaria esta questão dos agendamentos urgentes à Conferência de Presidentes, e questionou a Comissão sobre se entendia que haveria tempo útil para elaborar os pareceres daquelas iniciativas legislativas.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Rodrigues (PSD), Jacinto Serrão (PS) e Raúl de Almeida (CDS-PP) para concordar com o Senhor Presidente, tendo a Comissão deliberado não emitir parecer sobre os 5 projectos de lei em causa, por não haver tempo útil para uma reflexão e debate sério sobre o tema.

Quanto ao primeiro ponto da Ordem do Dia, por se tratar de matéria relativa ao Estatuto dos Deputados, os assuntos foram tratados à porta fechada.

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) apresentou o parecer sobre regime de incompatibilidades e impedimentos solicitado pela Senhora Deputada Nilza de Sena, elaborado pela Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), que no momento já se encontrava ausente.



Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

Passando ao ponto relativo pedido de parecer solicitado pelo Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), este Senhor Deputado ausentou-se da reunião para que o assunto pudesse ser debatido, tendo intervindo o Senhor Deputado Raúl de Almeida para esclarecer que o pedido de parecer se subdividia em dois, um relativo à compatibilidade da actividade de consultor jurídico com o exercício das funções de deputado, e o outro relativo à aplicação do regime do conflito de interesses à actividade de consultoria jurídica, sendo que, havendo dois aspectos distintos, o parecer sobre o primeiro carecia de urgência. Em seguida, esclareceu que o Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes havia solicitado que o deputado designado relator do parecer ou pareceres não fosse do Grupo Parlamentar do CDS-PP ou do PSD e justificou este pedido pelo facto de se tratar de um deputado que era membro da 12.^a Comissão, e pela necessidade de deixar publicamente, na sequência de notícias que surgiram na imprensa, que não havia qualquer tipo de parcialidade.

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) observou que o pedido do Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes contrariava a prática da Comissão, segundo a qual os pareceres relativos a impedimentos e incompatibilidades eram sempre elaborados por deputado do mesmo grupo parlamentar do deputado requerente, mas disse compreender as razões invocadas e sugeriu que, admitindo-se esta excepção, fosse o Senhor Presidente a elaborar o respectivo parecer.

O Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS), realçando igualmente que o pedido do Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes contrariava as práticas seguidas pela Comissão, considerou que admitir esta excepção seria criar um precedente que poderia afectar a imagem da Comissão, e pronunciou-se pela não alteração dos procedimentos adoptados. Adiantou, ainda, que entendia que uma eventual suspeição resultante do facto de os pareceres serem elaborados por um deputado do mesmo grupo parlamentar do deputado requerente era sanada pelo escrutínio da situação na Comissão, onde estavam representados todos os Grupos Parlamentares e referiu que, se um determinado parecer era aprovado, tal significava que a situação exposta era clara e não levantava dúvidas.



O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) salientou que a isenção era garantida por cada deputado que elabora o parecer e reforçada com a aprovação do mesmo em Comissão, mas observou que a Comissão deveria ter em conta o pedido do Senhor Deputado Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes e as razões que invocara para admitir uma exceção à regra. Por último, disse concordar com a sugestão da Senhora Deputada Rodrigues de que fosse o Senhor Presidente a elaborar o parecer.

O Senhor Presidente, após informar que não se opunha a esta sugestão, observou que não já não se encontravam presentes os Grupos Parlamentares do PCP e do BE, pelo que este ponto deveria ser adiado para a reunião ordinária seguinte.

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas vinte horas e quinze minutos, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 23 de Dezembro de 2011

O PRESIDENTE,

(José Mendes Bota)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
Luís Pita Ameixa
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Miguel Laranjeiro
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo
Isabel Alves Moreira
Margarida Neto
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo
João Portugal

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Lídia Bulcão
Manuel Seabra

A presente acta foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 10/01/2012